

REQUERIMENTO N° , DE 2017 – CCT

REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica.

Nos últimos quinze anos, especialmente nos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, o número de pesquisadores – mestres e doutores – formados no País quadruplicou. Também houve aumento do número de universidades públicas. Com isso, a produção científica brasileira saltou de menos de 1% do total mundial para cerca de 2,5% – crescimento superior à média global. Nesse período, as universidades brasileiras passaram a representar sete dos dez principais patenteadores no País junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. O ranking é liderado pela PETROBRAS, seguida pela UNICAMP, USP e UFMG.

Mas, ainda há muito a se avançar. Mesmo sendo uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil não aparece entre os cinquenta países mais competitivos. Em dois rankings que levam em consideração a capacidade de inovação, o país encontra-se atrás de norte-americanos, europeus, asiáticos, africanos e vizinhos latino-americanos. No *IMD World Competitiveness Scoreboard 2015*, o Brasil ocupa a 56º posição entre 61 países pesquisados. No *World Economic Forum Global Competitiveness*



Report 2015-2016, o Brasil ocupa a 75ª posição entre 144 países, sendo o último colocado entre os BRICS.

Para estimular o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.243, de 2016, da qual fui relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT do Senado Federal.

Contudo, recentemente, a comunidade científica brasileira deixou de ter motivos para comemoração. Nesse sentido, a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, levou inquietação aos pesquisadores no Brasil em razão do congelamento, por vinte anos, dos investimentos no desenvolvimento científico e tecnológico. Para o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Sr. Luiz Davidovich, *“se continuarmos na situação atual por mais 20 anos será mortal; vamos voltar ao status de colônia extrativista. Na verdade, não digo nem 20 anos. Se for cinco, já será extremamente complicado”*.

Nos últimos dias, esse quadro sombrio para a pesquisa científica nacional foi ainda mais agravado com o corte orçamentário de 44% para o orçamento da área da ciência. No último dia 3 de abril, a prestigiada revista *Nature*, uma das mais conceituadas revistas de divulgação científica do mundo, publicou matéria sobre o recente corte, que pinta um quadro de total desmonte da ciência no Brasil.



Conforme as informações veiculadas por essa grande revista internacional, *“os cientistas brasileiros ficaram horrorizados com uma redução de 44% no orçamento federal de ciência, anunciado pelo governo do país em 30 de março. Depois de anos de austeridade, os pesquisadores temem que o último corte dramático destrua a ciência do país”*.

Com efeito, além da extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia como pasta autônoma e da extinção do programa Ciência sem Fronteiras, os cientistas do Brasil se defrontam, agora, com um drástico corte orçamentário que comprometerá projetos científicos de grande relevo para o país, como o de Luz Síncrotron, por exemplo.

Conforme Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, *“o novo orçamento é uma bomba atômica contra a ciência brasileira”*. Ele adverte que os cortes prejudicarão a pesquisa e o desenvolvimento nas próximas décadas. *“Se estivéssemos em guerra, poderíamos pensar que essa era uma estratégia de uma potência estrangeira para destruir nosso país. Mas, em vez disso, somos nós fazendo isso para nós mesmos”*, acrescentou ele.

Ainda conforme a matéria da revista de renome mundial, Davidovich e Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), escreveram, de forma preventiva, cartas a Temer e ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, alertando sobre o impacto de um corte potencial em um já apertado orçamento científico, mas suas advertências não foram levadas em consideração. *“O governo agiu sem ouvir o Estado. Mostra uma miopia absoluta”*, disse Nader.



Em nosso entendimento, são fatos gravíssimos que mostram, de fato, uma visão míope e tacanha sobre um setor que é absolutamente vital para a competitividade da economia brasileira e o futuro do Brasil.

Face ao exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da Audiência Pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes:

- Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Sr. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências;
- Sra. Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Sr. Fernando Peregrino, presidente da CONFIES; e
- Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias.

Sala da Comissão,

Senador **JORGE VIANA**

